

Educação e emancipação feminina em Celina Padilha, a “educadora transviada” (1927-1930)

Amália Dias¹

Isabela Bolorini Jara²

RESUMO

Apresentamos resultados de pesquisa em história da educação sobre a educadora Celina Padilha, a partir de sua inserção no debate sobre educação sexual, coeducação e emancipação feminina no campo educacional carioca na década de 1930. Sua trajetória de escolarização e atuação profissional descortinam seu engajamento no magistério público, tendo sido atuante no movimento escolanovista. A partir da metodologia de pesquisa na imprensa, recuperamos parte de sua atuação no campo educacional e as resistências que encontrou às suas ideias feministas. A bibliografia pertinente sobre o campo educacional no período e as reflexões teóricas sobre as trajetórias de formação, redes de sociabilidade e intelectuais mediadores conduzem a investigação sobre Celina Padilha no conjunto das relações sociais a que pertencia. Sob a análise da condição feminina na sociedade e assumindo uma perspectiva de gênero, Celina condenava a restrição do papel social da mulher ao casamento e à maternidade. A emancipação feminina deveria ocorrer por meio de uma educação que possibilitasse a mulher seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia financeira por meio do trabalho. Suas concepções em prol da educação para a emancipação feminina são relevantes para a compreensão da luta histórica pelas ideias feministas no campo educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação. Feminismo. Emancipação.

1 Doutora em educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPG/ECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias, Rio de Janeiro). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas EHELO – Estudos de História da Educação Local. Membro Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil e na América Latina (HISTEDBRAL); Grupo de Estudos Históricos da Baixada Fluminense. E-mail: amaliadias@gmail.com.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPG/ECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias, Rio de Janeiro). E-mail: isabelabjara@gmail.com.

Education and women emmancipaton according to celina padilha, the “underground educator” (1927 – 1930)

ABSTRACT

We present the results from an Education-History research according to the educator Celina Padilha, and on her insertion in the sexual education, co-education and women emancipation debate within the *carioca* educational field in the 1930s. Her schooling background and professional actions unveil her commitment with public teaching, since she was an activist of the “*escolanovista*” (newschool) movement. Based on search performed in recorded press news, we gathered information about her actions within the educational field and about the barriers to her feminist ideas. The bibliography about the educational field at that time and the theoretical reflections about professional formation backgrounds, social networks and intellectual mediators lead to investigations about Celina Padilha, because of the set of social relations she was held by. With regard to women’s conditions in society, and by assuming a gender perspective, Celina used to condemn the restriction of women’s social role to marriage and motherhood. Women emancipation should happen through an education able to provide them with intellectual development and their financial autonomy through a professional carrier. Celina’s women emancipation pro-education concepts are relevant for the understanding about the historical fight for the feminist ideas concerning the Brazilian educational field.

Keywords: Education. Feminism. Emancipation.

Educación y emancipación femenina en celina padilha, la “educadora transviada” (1927-1930)

RESUMEN

Presentamos resultados de investigación en historia de educación sobre la educadora Celina Padilha, a partir de su inserción en el debate sobre educación sexual, coeducación y emancipación femenina en el campo educacional carioca en la década de 1930. Su trayectoria de escolarización y actuación profesional descortinan su compromiso en el magisterio público, en que ha sido actuante en el movimiento escuela novista. A partir de la metodología de investigación en la

prensa, recuperamos parte de su actuación en el campo educacional y las resistencias que encontró a sus ideas feministas. La bibliografía pertinente sobre el campo educacional en el período y las reflexiones teóricas sobre las trayectorias de formación, redes de sociabilidad e intelectuales mediadores conducen la investigación sobre Celina Padilha en el conjunto de las relaciones sociales la que pertenecía. Bajo el análisis de la condición femenina en la sociedad y asumiendo una perspectiva de género, Celina condenaba la restricción del papel social de la mujer al casamiento y a la maternidad. La emancipación femenina debería ocurrir a través de una educación que posibilitase a la mujer su desarrollo intelectual y su autonomía financiera por medio del trabajo. Sus concepciones en pro de la educación para la emancipación femenina son relevantes para la comprensión de la lucha histórica por las ideas feministas en el campo educacional brasileño.

Palabras clave: Educación. Feminismo. Emancipación.

Introdução

O presente artigo dispõe-se a articular educação, relações de gênero e feminismo na década de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, através da trajetória da professora Celina Padilha. As “experiências” (THOMPSON, 1981) por ela vivenciadas permitiram não apenas o seu “fazer-se” como professora e intelectual da educação, mas também nos possibilitam vislumbrar o “fazer-se” de um projeto de sociedade pela via da educação escolar e as resistências que essa professora encontrou na defesa da emancipação feminina. Para tanto, fizemos um recorte em torno dos debates sobre educação sexual, coeducação e emancipação feminina, dos quais Celina Padilha tomou parte. A análise que emerge da pesquisa documental nos permite defender que foi a partir de uma perspectiva de gênero e da defesa da emancipação feminina que Celina se engajou nos temas da educação sexual, da coeducação e do feminismo.

Ressaltamos, ainda, que utilizamos aqui o conceito de intelectual mediadora, cunhado por Gomes e Hansen (2016), através do qual compreendemos que Celina ocupava o lugar de intelectual da educação, com suas redes de sociabilidade e campos de ação, mediando muitas vezes a relação entre a cultura produzida intelectualmente e os professores e as professoras primárias, quer fosse por meio de seus escritos ou de suas exposições orais. Como fio condutor desta pesquisa em his-

tória da educação, a trajetória de Celina Padilha foi delineada por meio dos periódicos da época e as ocorrências do nome da professora foram mapeadas através do site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Além disso, utilizamos sua tese sobre educação sexual, apresentada em conferência de educação em 1927, confrontando essas informações com a produção bibliográfica já existente.

Na primeira seção do artigo, identificamos as experiências de formação e atuação profissional e intelectual da professora Celina Padilha, as quais, acreditamos, foram fundamentais em seus futuros posicionamentos em relação à educação dos gêneros e emancipação feminina. A partir de então, passamos à análise de como fora proposto o tema da educação sexual na I Conferência Nacional de Educação, ocorrida em 1927, apontando as diferenças entre a proposta de Celina Padilha e dos demais educadores, principalmente no que se refere às relações de gênero na escola. Por fim, demonstramos como, a partir da posição que ocupava socialmente na condição de educadora, Celina Padilha posicionava-se em relação ao feminismo, à emancipação feminina e à importância da educação para esse fim.

A aluna, a professora, a intelectual...

"Façamos da escola um templo,
Nos, os mestres que colhemos
Os sensíveis crysantemos
Do coração infantil;
Ergamo-nos pelo exemplo,
Forjando na mesma incude
A intelligencia e a Virtude,
Pr'a honra e gloria do Brasil!"³
(AS NOVAS..., 1907, p. 5)

Os versos acima são os últimos do poema "A Escola", recitado pela então estudante da Escola Normal, Celina Padilha, durante cerimônia de entrega de diplomas às normalistas que concluíram o curso no ano de 1907. A cerimônia, realizada no salão nobre do Pedagogium⁴, contou com a presença do presidente da República, Afonso Pena, que fez a en-

3 Esta é uma citação do ano 1907. Assim sendo, algumas palavras apresentam grafia diferente da atual (a qual optamos por manter), bem como as demais citações ao longo do texto.

4 Sobre O Pedagogium, ver MIGNOT, 2013.

trega dos diplomas às 44 normalistas recém-formadas professoras. A “imponente festa feminina”, de “deslumbrante decoração”, que contava com a presença de pessoas proeminentes da sociedade, demonstrava a relevância dada à educação e à formação da professora primária neste período (AS NOVAS..., 1907, p. 5).

Nesse período, os processos educacionais eram percebidos como importante veículo de disseminação dos ideais que permeavam o projeto de sociedade da virada do século XIX para o XX, tais como “progresso”, “modernidade”, “civilização”, “higiene” e “eugenia” da nação. O poema recitado por Celina Padilha é bastante emblemático desta lógica, uma vez que eleva a escola à posição de lugar onde se forjariam, através dos professores, a “inteligência” e a “virtude”, com vias à “glória” e à “honra” do Brasil.

Foi, pois, nesse contexto, que se processou a formação de Celina Padilha. Sua instrução primária fora recebida na Escola Modelo Benjamin Constant (DIRECTORIA..., 1904, p. 3), instalada em 1897 no prédio de uma das escolas do imperador⁵. Essa era uma escola de aplicação de pedagogia “moderna” desde os tempos imperiais e a República, apesar de ter alterado o seu nome, não alterou essa característica.

Claudia Alves (2012), fundamentada em Sirinelli, afirma que conhecer “a família e o meio social de origem, os grupos de pertencimento, as adesões temporárias ou duradouras”, bem como a “formação escolar”, enfim, o itinerário do intelectual é fundamental para o estudo de sua trajetória (ALVES, 2012, p. 116). Por isso, consideramos relevante evidenciar esses e outros aspectos da trajetória de Celina Padilha, por expressarem o processo pelo qual ela tornara-se professora e intelectual atuante na esfera educacional. Especificamente para o tema deste trabalho, tentaremos demonstrar como a concepção sobre educação sexual apresentada por Celina Padilha relaciona-se aos saberes enfatizados ao longo de sua formação e aos ideais que perpassavam a intelectualidade da época.

Em 1904, Celina Padilha era admitida na Escola Normal do Distrito Federal (PREFEITURA, 1904, p. 1), na qual permaneceria na condição de aluna até 1908, ano de sua conclusão do curso normal. Nesta instituição, Celina estabeleceu importantes redes de sociabilidade. Aluna apro-

5 As “Escolas do imperador” eram prédios escolares com arquitetura monumental, capazes de abrigar centenas de alunos, com espaços diferenciados, como biblioteca, pátio, laboratório e museu. A Escola São Sebastião, onde fora instalada, em 1897, a Escola Modelo Benjamin Constant, situava-se na Praça Onze de Junho (SCHUELER; MAGALDI, 2009).

vada com distinção, possuía também habilidade oratória, demonstrada, por exemplo, em homenagem feita ao Diretor Geral da Instrução Pública, na qual Celina discursou sobre os “serviços prestados pelo Sr. Leônicio Corrêa á Pátria e especialmente á causa da instrucção” (MANIFESTAÇÃO, 1908, p. 3).

Além da Escola Normal, Celina circulava por outros espaços que lhe permitiram ampliar essa rede de sociabilidade. Nos jornais da época, não é raro encontrarmos seu nome associado a eventos sociais (nos quais ficava em evidência, recitando algum poema, cantando ou tocando ao piano), alguns promovidos, inclusive, por sua família. Como exemplo, podemos citar a festa oferecida por seus pais por “haver completado com brilhantismo o curso normal a senhorita Celina Padilha”. Nesta festa, estiveram presentes seus colegas, ex-professores e o diretor da Instrução Pública (O PAIZ, 1908, p. 4).

Celina Padilha formara-se professora em um momento e em meio a uma parcela da sociedade que acreditava no poder da educação para promover o “progresso” social. De acordo com Felício, este era um momento de transformações políticas e sociais no país, que estavam em consonância com determinado projeto de nação e, consequentemente, de educação: “As novas formas de ordenamento de espaço, condutas e modelos educacionais envolveram noções de higiene, sanitarismo, sexologia e, sobremaneira, eugenia” (FELÍCIO, 2012, p. 26). Celina abraçou este ideal e perseguiu-o ao longo de sua trajetória profissional. Suas ações demonstravam o quanto ela acreditava na responsabilidade da escola e, principalmente, dos professores na empreitada de “modernizar”, “civilizar” e “higienizar” a sociedade.

Pelo decreto 844, de 1901, poderiam ser contratadas professoras substitutas, entre as melhores alunas diplomadas pela Escola Normal (UEKANE, 2016, p.73-74). Celina Padilha fora nomeada para reger as cadeiras de Física, História Natural e Química nesta instituição, da qual fora dispensada em 1914. Além disso, percorreu o caminho que estava disposto na lei para as diplomadas pela Escola Normal, em relação à atuação como estagiária, depois, como adjunta e, por fim, professora catedrática municipal⁶. Além do magistério primário municipal e do trabalho como substituta na Escola Normal, Celina Padilha também era uma

6 Acerca desse itinerário determinado por lei para as diplomadas e os embates travados entre governo e normalistas em torno destas determinações, ver Uekane (2016).

das redatoras e colaboradoras da revista “O Estudo” (O ESTUDO, 1910, p. 11). Na década seguinte, seu nome apareceria como autora de artigos de temas diversos na revista “A Escola Primária” (dirigida por inspetores escolares do Distrito Federal), nos quais participava da elaboração de programas de ensino e publicava sobre “As composições de preposições e adjetivos ou pronomes” (REVISTAS, 1923, p.9), sobre as reformas urbanas e questões como “sistema atual de alimentação, vestuário, habitação, transporte” (SILVA; RIZZINI; SILVA, 2012)

Foi, entretanto, a partir de sua inserção na Associação Brasileira de Educação (ABE), que a professora Celina ampliou seu raio de atuação educacional ⁷. Nos jornais da época, seu nome aparece vinculado a essa Associação a partir de 1927, na condição de presidente da seção de Ensino Primário. A partir daí, são recorrentes as aparições da intelectual nos jornais, em notícias sobre palestras, excursões e cursos oferecidos gratuitamente aos professores públicos e particulares da cidade.

Durante a década de 1930, passou da condição de diretora à de inspetora escolar. Mantinha estreita relação com boa parte dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1933, viajou para São Francisco, nos Estados Unidos, para “ver alguma coisa sobre educação”, visitando escolas normais, primárias e jardins de infância. Em carta a Anísio Teixeira (então diretor de instrução pública do Distrito Federal), comunicava-lhe o observado nessa viagem e pedia-lhe permissão para ampliar sua permanência (FGV, CPDOC, Arquivo Anísio Teixeira). Afinada com o pensamento escolanovista em voga no debate educacional, Celina palestrou sobre o tema “A escola nova e o cultivo da personalidade” na conferência de 1933 da Sociedade Carioca de Educação (A ESCOLA..., 1933, p.3).

A educação sexual na I Conferência Nacional de Educação

Sobre a relação entre ensino e gênero, Passos, Rocha e Barreto nos afirmam que a inclusão deste último “como categoria de análise [...] amplia os paradigmas do conhecimento”, além de “possibilitar a discussão sobre desigualdade e opressão, não só de gênero, mas, em geral, ao tempo que a experiência feminina seja contemplada” (PASSOS; ROCHA; BARRETO, 2011, p. 55). Partindo desta premissa é que avaliamos a expe-

⁷ Sobre a ABE (Associação Brasileira de Educação), ver CARVALHO, 1998.

riência vivenciada por Celina Padilha na I Conferência Nacional de Educação, a partir da questão de gênero a que ela nos remete, não apenas pela percepção de igualdade dos gêneros demonstrada pela professora Padilha, mas pela forma como seus posicionamentos nesta conferência reverberaram na sociedade da época.

Embora tivesse sua sede no Distrito Federal, a ABE possuía também seções regionais afiliadas em outros estados. Além da realização de encontros que giravam em torno de temas educacionais, de pesquisas, de cursos e de publicações, a partir de 1927, a ABE passou a promover congressos nacionais. A I Conferência Nacional de Educação aconteceu em Curitiba e congregou delegações de 16 estados do país. Neste congresso, foram apresentadas ao todo 113 teses. Essas teses tratavam de assuntos os mais variados, algumas relacionando educação com temas como higiene, civismo, eugenia, moral, outras sobre métodos de ensino e algumas (três) até sobre engenharia. Contudo, havia um número considerável de teses que abordavam temas pedagógicos mais gerais, como a importância de uma unificação da educação nacional. Além de ser conferencista, Padilha também compôs a comissão de ensino primário deste evento (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997).

A tese nº 74, apresentada por Celina Padilha, intitulava-se “Sobre a educação sexual”. O texto por ela apresentado principia afirmando que “muitos pensadores estão hoje convencidos de ser necessária a educação sexual”. Entretanto, na coletânea publicada pelo INEP em 1997, reunindo a maior parte das teses dessa conferência, dos títulos das teses encontradas, apenas a de Celina e a de Renato Kehl enunciavam a educação sexual. Além dessas duas, identificamos outra na seção dos pareceres das teses não encontradas, de autoria do professor da Escola Normal de Natal, Luiz Antonio dos Santos Lima. Deste modo, mesmo que houvesse debates entre intelectuais da educação sobre esse assunto, isso não reverberou quantitativamente naquele congresso (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997).

A tese de Celina Padilha na conferência de educação de 1927 apontava a incipiência do debate. De acordo com ela, apesar de ser assunto em voga no meio dos estudiosos, entre os pais, mesmo “os mais cultos”, a realidade era outra. Por “preguiça mental”, os pais preferiam negligenciar esta importante área da vida da criança, já que para tanto seriam necessários “análise, observação, inquérito sobre o que há assentado e, finalmente, sério estudo das bases novas” (PADILHA, 1997,

p. 429). As “bases novas”, ou seja, o conhecimento científico “moderno” precisavam ser estudadas, analisadas e contrapostas pela população ao que já estava “assentado”.

Assim, a educação sexual deveria ser oferecida em casa e na escola. Contudo, ela entendia que “muitos pais, por ignorância, são [eram] incapazes de dirigir a educação sexual de seus filhos”. Apesar de, a seu ver, não ser totalmente impossível “educar” os “progressistas”, a “cegueira moral” da qual mesmo estes padeciam, tornava a missão muito difícil, sendo “quase impossível [...] esperar-se do maior número que se libertem das peias de preconceitos seculares” (PADILHA, 1997, p. 430). Por isso, caberia à escola a tarefa de fazer a educação sexual, “pois são os mestres os mais capazes de administrar quaisquer conhecimentos, pelo seu preparo científico, pela sua especialização para ensinar”. Aos pais (se bem orientados), caberia a tarefa de auxiliar o trabalho do professor, dando bons exemplos aos filhos e respondendo aos questionamentos por eles feitos e, por fim, vigiando-os, já que mantinham maior contato com eles (PADILHA, 1997, p. 431).

Sobre a idade adequada para iniciar-se a educação sexual na escola, Celina Padilha é categórica ao dizer que os 11 anos são a idade ideal para começarem as aulas regulares, pois “melhor é prevenir que remediar”. Contudo, mesmo antes de completar essa idade, as dúvidas que a criança apresentasse deveriam ser sanadas pela professora. Os eventos da natureza, como a fertilização das plantas, os modos de reprodução de alguns insetos, à medida que fossem explorados pelos docentes nas aulas, ajudariam a compor na mente da criança a noção necessária, de modo que, ao chegar à idade de 11 anos, a educação sexual de forma mais sistematizada, seria encarada com naturalidade, sem “grandes surpresas nem espanto”. Para a criança de menos de 10 anos, seria prematuro demonstrar-lhes claramente como se processa a reprodução. Contudo, seria conveniente ensinar-lhes sobre a higiene dos órgãos genitais. De resto, o trabalho da professora seria vigiar, sempre, seus alunos, sem ser percebida (PADILHA, 1997, p. 431).

Em sua tese, Celina Padilha estabelece distinção entre inocência e ignorância, argumentando que não se pode confundir ignorância sobre os assuntos relativos à sexualidade com inocência. Para ela, o problema era que muitos pais enganavam-se, imaginando que, se mantivessem seus filhos ignorantes nestes assuntos, conservariam neles também a inocência. Ao contrário, para ela, havia alguns que, mesmo ignorantes,

não eram inocentes, justamente por mal orientados. Ao passo que os verdadeiros inocentes seriam os que, por obterem o conhecimento necessário, não desenvolveriam olhar malicioso diante de tais assuntos:

Inocente é o que se refere aos fatos da reprodução e aos respectivos órgãos com naturalidade e a mesma pureza com que trata de qualquer outra função orgânica; estuda-os para melhor respeitá-los, pois que na natureza nada há de vergonhoso, havendo apenas pessoas imorais (PADILHA, 1997, p. 430).

A autora desta tese evidencia uma questão interessante sobre as diferenças no tratamento dispensado à sexualidade em relação aos gêneros. Segundo ela, os pais tendiam a “conservar as meninas numa pseudo-inocência, mantendo-as ignorantes; e aos meninos, permitir-se que se iniciem nos assuntos de sexualidade sem indagar-se, entretanto, onde nem como se informam” (PADILHA, 1997, p. 429). Ou seja, era negada tanto a umas quanto a outros a informação, entretanto, apenas aos meninos era facultado o direito de iniciarem suas práticas sexuais, mesmo na puberdade.

Um último tópico abordado por Celina Padilha, que talvez tenha sido o mais controverso, é o da coeducação. Para ela, a educação sexual deveria ser oferecida em conjunto. A separação entre meninas e meninos em nada ajudaria no propósito de “conservá-los puros”. Além da “maldade” que esta separação geraria entre os alunos, Padilha apontava para prováveis dificuldades práticas no cotidiano escolar em função desta separação. Ela questionava quem daria essa aula em separado, se a professora daria aula exclusivamente para as meninas, gerando a necessidade da vinda de um professor para ensinar aos meninos. De acordo com ela, tal situação tiraria a autoridade da professora diante dos alunos do sexo masculino, pois não estaria em condições de se colocar, caso surgisse algum assunto ligado a isso em sua aula. Deveria a professora “Calar, enrubescer, mostrar-se inferior aos próprios alunos?”. A partir daí, ela passa a falar sobre os constrangimentos existentes na convivência entre homens e mulheres em função dessa barreira que os costumes criavam, assumindo assim uma perspectiva de gênero. E é com as assertivas abaixo que ela conclui seu trabalho:

Desde que iniciei minha carreira de professora, tive a atenção atraída para esta falha da obra educativa. E

isto me feriu, tanto mais quanto, sendo mulher, sinto a falta de naturalidade que a educação interpõe entre o homem e a mulher, estragando as mais belas amizades, quiçá o intercâmbio intelectual. Faça-se, pois, a coeducação de meninos e meninas, e teremos nas gerações futuras indivíduos mais capazes de apreciar a vida na plenitude de suas manifestações mais belas, mais conscientes na escolha do companheiro ou companheira, prevenidos contra a simples atração dos sexos, quando não for cimentada por afinidades de sentimento e de inteligências (PADILHA, 1997, p. 432).

As colocações de Celina Padilha apontam para a necessidade da educação sexual escolar como forma de promoção da moral e da eugenia, tal como podemos ver na seguinte passagem: “Mas, por outro lado, não se deve cruzar os braços e assistir as gerações se sucederem umas as outras nos erros e na ignorância de problemas dos mais sérios para a moral e para a eugenia” (PADILHA, 1997, p. 431).

Como dissemos anteriormente, encontramos outra tese sobre educação sexual na coletânea de teses desta conferência. Trata-se da tese nº 75, intitulada “O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos — como, quando e por quem deve ser ela ministrada”, de Renato Kehl. Em linhas gerais, esse autor concorda com os argumentos de Celina. Cita Freud para demonstrar como os instintos sexuais revelam-se desde muito cedo na criança e fala da importância da educação sexual, apoiando-se em “pedagogos modernos” e em “autoridades médicas”. Embora não estipule uma idade exata para a educação sexual, explica que ela deve ser feita desde a mais tenra idade, na medida em que se sanassem as dúvidas levantadas pelas crianças. Entretanto, de acordo com ele, os primeiros ensinamentos deveriam ser dados pela mãe, porém lhes era necessário o estudo desse assunto. Seu texto valoriza as vantagens higiênicas e eugênicas da educação sexual, alegando ser ela de grande valia na preparação dos jovens para o casamento (KEHL, 1997, p. 436).

A tese nº 76, de autoria do Dr. Luiz Antônio E. S. dos Santos Lima, sob o título “Educação Sexual”, não consta nessa coletânea, mas o parecer da Comissão de Educação Higiênica sobre ela, sim. Quanto ao texto da tese, tivemos acesso à parte dele (apenas as conclusões) através do jornal O Paiz, de 11 de janeiro de 1928. A primeira de suas conclusões diz que “a educação sexual deve constituir um dos objetivos da escola

primária, visando o aperfeiçoamento do pudor, do respeito a si e aos outros". Além disso, a educação sexual consistiria mais em parte dos programas de ciências, moral e higiênicas, naquilo que concernia ao estudo da reprodução. Por fim, a educação e a instrução sexual deveriam ser oferecidas prioritariamente pelos pais, e, na ausência destes, pelo professor ou médico. A idade para receber tal instrução seria entre 12 e 14 anos, a fim de evitar os "hábitos nocivos à saúde e à moral" (IMPRESÕES..., 1928, p. 2).

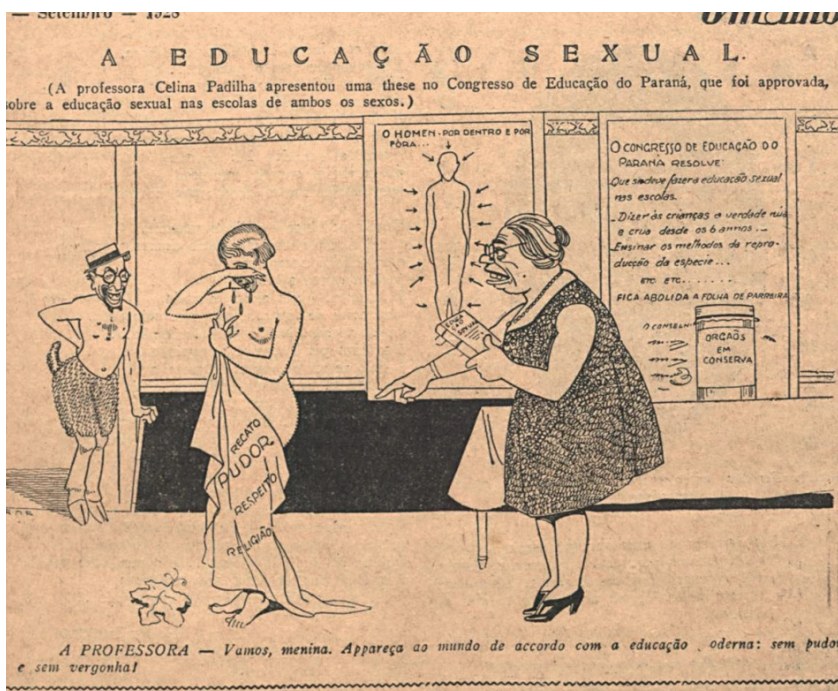
Reproduzimos abaixo o parecer da comissão de Educação Higiênica para compreendermos a receptividade dada a esta tese:

1ª Conclusão — Estou de acordo, achando que a educação sexual é uma necessidade inadiável em nosso meio, urgindo seja iniciada sem perda de tempo. 2ª Conclusão — Concordo. 3ª Conclusão — Estou de acordo. Julgo, porém, que a educação sexual começada no lar pelos pais deve ser continuada na escola pelo professor, colaborador precioso, quer nesse particular, quer no trabalho materno, quer no paterno. 4ª Conclusão — Vejo-me aqui obrigado a discordar do autor da tese. Acho que S.S., peço licença para o dizer, não atende bem, ao tratar da idade em que convém seja encetado tal ensino, a necessidade que se registra nas manifestações, por assim dizer, premonitórias, do instinto sexual nas crianças, que, desde muito cedo, parecem já se preocupar com a diversidade dos sexos (COSTA; SHENA, SCHMIDT, 1997, p. 671).

Este autor, assim como os outros dois conferencistas sobre a educação sexual, admitia a importância e relevância social desta área de conhecimento. Entretanto, preconizava a educação sexual realizada em casa, pelos pais ou tutores, em detrimento da oferecida na escola, pelo professor. Além disso, para ele, não seria necessário iniciar desde a tenra idade a educação sexual nas crianças. Ao contrário desta tese, que contou com restrições no parecer final, a de Celina Padilha e a de Renato Kehl obtiveram concordância integral da comissão.

É importante denotar que na nota de jornal que tratava sobre a tese apresentada pelo professor Luiz Antônio E. S. dos Santos Lima, não houve nenhuma menção às restrições aplicadas pela comissão. Já sobre a tese do de Renato Kehl, não encontramos nenhuma referência nos jornais da época. Contudo, a tese apresentada por Celina Padilha, quase um ano depois, viraria tema de charge no periódico O Malho:

Figura 1: Charge.



Fonte: A EDUCAÇÃO..., 1928, p. 60.

A análise da imagem e do texto que a acompanha é bastante elucidativa. Embora, além de Celina Padilha, mais outros dois homens tenham apresentado teses sobre a educação sexual, apenas seu nome é citado no texto que precede a charge, como se a única a apresentar este tema tivesse sido ela. Mesmo as características imputadas apenas à sua tese (de forma até exagerada), de que se deveria “dizer a verdade nua e crua desde os seis anos”, “ensinar os métodos de reprodução da espécie”, tal qual vemos na lousa do desenho, não eram exclusivas do texto apresentado por ela. Vimos que Renato Kehl também afirmava ser necessária a educação sexual desde a infância, pautando-se inclusive, em Freud para tal.

Além disso, a imagem de uma professora de livro na mão, ordenando que sua aluna atendesse o que mandava a “educação moderna”, demonstra o cientificismo que impregnava o discurso dos adeptos da educação sexual. A aluna aparece, então, seminua, tendo que se despir

da túnica do pudor, do recato, do respeito e da religião. E o mais importante, ela está constrangida, chorosa. Em segundo plano, assiste a tudo, expressando satisfação, um homem com características de diabo.

Os embates entre a “moral religiosa” e o “modernismo científico” estão presentes nesta charge. Contudo, o texto que identifica a tese apresentada por Celina Padilha como sendo a proposta de educação sexual nas *escolas de dois sexos* é o que gostaríamos de enfatizar aqui. O que diferenciava a tese de Celina das outras duas era sua ênfase na coeducação dos sexos. Os outros dois conferencistas sequer haviam abordado esse assunto. E era esse o ponto que, pelo visto, trazia incômodo na tese de Celina Padilha. Na imagem, o constrangimento atingia apenas a aluna. Era ela quem deveria estar revestida de pudor, de acordo com a religião. Entretanto, era forçada pela ciência a se despir dessas características tão caras à sociedade da época. O homem/diabo não sentia qualquer desconforto com a situação, ao contrário, parecia deliciar-se com ela. Afinal, acreditava-se, era contra os preceitos da religião que se estava propondo uma educação sexual, principalmente a partir da coeducação dos sexos. Essa era, pois, uma ideia maligna, diabólica, indigna da fé cristã. Já a professora, carrancuda, desprovida de atributos femininos, dura como a ciência que defendia, era indiferente ao constrangimento da aluna, fazia o papel que lhe cabia, como portadora do conhecimento científico, como dona da verdade.

Em relação às consequências das resoluções tomadas na I Conferência Nacional de Educação para a instrução pública, ao lermos o Decreto 2940, de 22 de novembro de 1928, que organizava o ensino no Distrito Federal, o que percebemos é que a educação sexual não se estabeleceu em elemento constitutivo do programa da instrução primária. A única referência feita a este termo em todo o texto do decreto é a que dizia que era de responsabilidade do Inspetor Médico “divulgar e fazer cumprir no meio escolar princípios de higiene e educação sexual e anti-alcoolica e estender até as famílias os benefícios da educação higiênica” (DISTRITO FEDERAL, 1928, p. 368).

Segundo Diana Vidal (2003), a Educação Sexual não se tornou uma disciplina escolar autônoma na década de 1930. Sua incorporação ao ambiente escolar ocorrera no interior do ensino das ciências naturais, a partir principalmente das “lições sobre reprodução humana” (VIDAL, 2003, p. 71). A autora examina a relação entre o discurso laico e o discurso religioso no período, que, embora partissem de premissas dife-

rentes, eram direcionados no mesmo sentido: o do controle e produção de “padrões normais de comportamento sexual, construídos a partir de representações de masculino e feminino na sociedade e constituindo, ao mesmo tempo, identidades de gênero” (VIDAL, 2003, p. 72).

De acordo com Vidal (2003), ao longo da década de 1930, alguns setores religiosos também reivindicavam a educação sexual. Contudo, para esses, ela não deveria ser de caráter exclusivamente científico, objetivando, antes, a preparação para o casamento. Em lugar do professor ou do médico, esta corrente valorizava o confessor como principal auxiliador dos pais na tarefa de educar sexualmente os filhos. Os adeptos do ensino laico, partindo de preceitos científicos, também procuravam regular as práticas sexuais, condenando excessos e estabelecendo limites e regras para tais, distinguindo apetites e práticas sexuais de homens e mulheres. Deste modo, a educação sexual que se propunha, fosse por setores conservadores, fosse por grupos ligados ao cientificismo, tinha a intenção de estabelecer uma norma de conduta para homens e mulheres no que tange à sua sexualidade.

Bassalo (2010), em artigo sobre a educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil, pauta sua análise sobre dois vieses: o da naturalização dos assuntos referentes à sexualidade e o da tentativa de alteração dos comportamentos sexuais que não estivessem de acordo com os preceitos higiênicos e eugênicos. Segundo a autora:

É possível constatar também que para esses educadores um dos objetivos da educação sexual era a modificação das práticas em torno da sexualidade, com a finalidade de obter um indivíduo com um corpo forte, sadio e produtivo, que, em conjunto com outros, iguais em condições de saúde e moral, formariam uma nova sociedade brasileira, moralizada, higienizada e funcional (BASSALO, 2010, p. 13).

Celina Padilha demonstra alguns destes interesses em sua tese. A preocupação com a saúde e a moral, pautada na eugenia, é um traço característico de suas agências, bem como do lugar social de onde falava, e a perspectiva de gênero assumida por ela. Vejamos, de forma mais detalhada, alguns aspectos sociais que podem ser percebidos em sua experiência como intelectual da educação que, ao assumir essa perspectiva, também causaram resistências e tentativas de desqualificação de suas ideias e dos cargos que assumia na instrução pública.

Emancipação econômica, intelectual e política

A tese de Celina Padilha na Conferência de 1927 denota alguns aspectos interessantes da sociedade na qual estava inserida. Ela menciona os pais dos alunos como preguiçosos mentalmente e arcaicos, mas seu texto deixa claro que sua referência não é exclusiva à parcela mais pobre da sociedade, pois critica os “mais cultos”, “progressistas” que apresentavam os mesmos receios que os demais em relação ao tema da sexualidade de seus filhos, em nome de uma moral muito ligada à religião.

Contudo, o que é importante ressaltarmos aqui é que também era em nome da “moral” que a professora Celina levantava a bandeira da educação sexual. Contudo, sua moral estava permeada por ideais científicos, higienistas e eugênicos. Ela representava a moralidade dos intelectuais da época, que acreditavam ser responsabilidade da escola e dos professores “civilizar” a sociedade. A educação sexual escolar fazia parte, portanto, de um projeto de “civilização” e “moralização” social. Tanto que, ao longo de sua trajetória, Celina Padilha trabalhou em prol de outras “causas”. A educação sexual fora apenas uma delas. O que todas as frentes nas quais ela se envolvia tinham em comum era o objetivo de contribuir para a formação de uma sociedade mais adequada aos ideais de modernidade que circulavam no meio intelectual no qual ela se inseria.

Na Conferência Nacional de Educação de 1928, por exemplo, Padilha foi a única mulher a apresentar trabalho na seção de Educação Política, apresentando tese intitulada “A Educação Política: como iniciá-la desde as classes primárias”. Infelizmente, não tivemos acesso ao texto produzido por ela, mas pelos pareceres da seção, que avaliaram conjuntamente as teses de Celina e a de outros 4 participantes, devido à “frisan-te similitude das ideias”, podemos destacar alguns pontos. A educação política proposta pelos conferencistas relacionava-se ao cumprimento de deveres e exercício de direitos; ao conhecimento do território e da população, através do estudo da geografia, da história e da economia do país; ao acesso à Constituição Nacional e demais leis, bem como ao conhecimento da língua nacional. O tema do voto também estava presente nos trabalhos apresentados e sobre o voto feminino, o parecer era o seguinte: “A Educação Política não deve prescindir da ação da mulher no lar, na escola e na atividade pública, cabendo-lhe o direito de voto e o exercício de todas as funções e mandatos políticos, desde que se prepare convenientemente” (SILVA, 2004, p. 107).

As opiniões de Celina sobre o direito da mulher ao voto e a defesa da emancipação feminina também aparecem em entrevista concedida ao jornal *Diário da Noite*, onde podemos conhecer como a partir de uma perspectiva de gênero ela relaciona educação, trabalho e emancipação. A matéria figurava na primeira página, nomeada “Que é feminismo” e com o subtítulo: “Variações lucidas e oportunas em torno do thema atual. Como a prof. Celina Padilha define e mostra as aspirações do feminismo”.

Segundo o vespertino, pelo fato de o feminismo ser um tema muito falado, “era visto sob prismas diferentes e definido, por vezes, sem o senso preciso da sua verdadeira expressão na actualidade”. Contudo, o *Diário da Noite* avaliava que a professora Celina Padilha, “uma das figuras femininas mais destacadas do magistério municipal”, parecia “definir o feminismo de uma forma lógica e precisa” (QUE É..., 1930, p.1).

Nesta entrevista, Celina Padilha afirma que, quando perguntada se era feminista, procurava indagar a concepção de feminismo de quem perguntava, pois entendia que eram feitas confusões sobre o tema com a intenção de combatê-lo, de modo que por vezes era levada a responder que: “Então, não sou feminista!!”. Sua argumentação prosseguia: “No entanto, a liberdade que desejo para a mulher é ampla, convencida, porém, de que a base de todas as conquistas está na emancipação econômica” (QUE É..., 1930, p.1).

Figura 2: Fotografia de Celina



Fonte: QUE É..., 1930, p.1.

Nesse sentido, a professora condenava a organização social pela qual eram dadas “Ao homem – todas as possibilidades de expandir suas aptidões; à mulher – só um caminho: a casa”. Analisava que acontecia por parte do homem, “guarda da organização social por elle mesmo arranjada”, incentivos para que “a mulher circumscreva (sic) ao lar a sua acção, para maior garantia da família”. Também lembrava que havia forte oposição às mulheres que desejassem ampliar suas ações: “E por todas as formas são combatidas as que rompem as cadeias e atrevem-se a passar os limites do gyneceu. São esperadas nos combates mais desleais: desde a depreciação do seu trabalho até o ridículo como se procura attingil-as, em anedotas, no theatro, nas revistas”. É interessante lembrar aqui o caso acima comentado em relação ao periódico *O Malho*, no qual a tese de Celina sobre educação sexual foi combatida com o recurso da charge.

Era, segundo Padilha, em defesa da própria comodidade que os homens afirmavam com argumentos sentimentais o papel da mulher como estando mais apta “para exercer a missão sublime de mãe, de inspiradora e conselheira do esposo, e assim esforçam-se por mante-la escravizada, privando a sociedade do contingente de sua contribuição mais ampla”. Combatendo essa opressão da organização social, interroga Celina: “Deverão indistincta e exclusivamente criar filhos e cuidar do marido as que nasceram com elementos intellectuaes para a pesquisa nos laboratorios, para a tribuna, para a arte, para o magisterio e para outros meios de acção?” (QUE É..., 1930, p.1).

Para ela, a independência feminina estava diretamente relacionada à autonomia financeira: “Vencedoras no terreno econômico, tudo mais virá para a mulher. Cada uma organizará sua vida como lhe parecer e as leis iniquas que hoje a impedem de viver, cairão, vencidas pelos costumes”. Daí sua defesa a que as mulheres pudessem trabalhar em quaisquer profissões que almejassem, sem que houvesse distinção entre possíveis habilidades inerentes ao homem ou à mulher exclusivamente: “E os direitos que pleiteamos não os pedimos como concessões ou favores; havemos de conquista-los pelo trabalho” (QUE É..., 1930, p.5). Dadas as “modificações profundas” que o desenvolvimento industrial imprimia à sociedade, ela enfatizava a necessidade de a mulher ser libertada da dependência econômica, pois: “[...] a mulher que trabalha e produz como elemento activo no meio economico social, é um individuo que se afirma com personalidade propria, independente do marido” (QUE É..., 1930, p.1).

Os argumentos de Celina Padilha permitem perceber que ela defende uma educação que emancipe as mulheres do ponto de vista intelectual e econômico:

Não que a mulher não sinta muitas vezes o peso da iniquidade, mas, abafada pelos preconceitos, resigna-se convencida de que a situação é imutável a sina das mulheres é essa; a ponto de não desejarem filhas para que não tenham o mesmo destino. E assim passam de sacrifício em sacrifício, uma vida não vivida, subjugadas por uma *educação compressiva*, sem força para reagir. E são desse modo verdadeiramente úteis? Raramente (QUE É..., 1930, p.5, grifo nosso).

Assim, Celina Padilha afirma o papel de uma nova educação para libertar a mulher dessa “educação compressiva”. Trata-se, portanto, da defesa de uma educação que restitua às mulheres a autonomia:

Não serão as leis que a libertarão da tutela dos maridos; continuarão escravizadas enquanto não souberem sentir que tanto direito têm a dispor de si como os homens. Eduque-se a mulher não mais como ser inferior, sempre incapaz de conduzir-se sem a mão masculina; dê-se-lhe a noção de responsabilidade pelos seus actos e ella se erguerá, colocando-se no lugar que lhe compete ao lado do homem (QUE É..., 1930, p.1).

Embora dita no presente século, a frase de Sardenberg e Macedo dialoga bastante com a fala de Celina Padilha nesta entrevista: “[...] pensadas como biológicas e, portanto, como ‘naturais’, as diferenças entre os sexos têm servido de pretexto para se edificar e legitimar relações desiguais entre homens e mulheres, historicamente caracterizadas por uma situação de subordinação das mulheres” (SARDENBERG; MACEDO, 2011). Era exatamente contra essa subordinação feminina e a naturalização da distinção entre os sexos e suas funções sociais que a professora Padilha posicionava-se.

Com a intenção de esmaecer a visão de mulher destinada ao papel de mãe, com a responsabilidade da educação de seus filhos e de afirmar a importância da escola e do magistério nas sociedades modernas, Celina Padilha é enfática quanto à naturalização da atribuição materna de educar: “Engano. A mãe como educadora está falida”. Daí prossegue sua exposição dizendo que cabe à professora, por formada que é, essa

responsabilidade. A educação das crianças deveria ser entregue a quem tinha conhecimento técnico para tal: “Para que seja permitido a criança o desabrochar pleno de sua alma, terá de ser velada sua formação por pessoas habilitadas pela cultura e pela aptidão pedagógica e quanto em mais tenra infância melhor”. (QUE É..., 1930, p.5).

O discurso de Celina Padilha é direcionado ao convencimento de que homens e mulheres devem gozar dos mesmos direitos: “Não se quer substituir um predomínio por outro e sim dar a cada um, independentemente do sexo, o direito de desenvolver e aplicar suas capacidades, tornando-se mais feliz pela possibilidade de expandir-se”. Na “luta pela emancipação”, o que estava em jogo era o poder de decisão da mulher, libertada da tutela dos homens: “Como quer que seja, só ella deverá decidir sua vida; ficará no lar, se lhe aprouver, terá uma profissão e será independente, se assim preferir, e para isso caminhamos com uma velocidade notavel” (QUE É..., 1930, p.5).

Na discussão sobre o direito de voto à mulher, Celina também recorre à educação como argumento contra as afirmações de distinção entre os gêneros de que as mulheres não estariam aptas a participar da vida política:

No exercício do direito de voto, acredito que a mulher procederá como o homem, pois a moralidade da conducta nesse caso depende somente de educar-se as pessoas que têm de votar, fazendo-as capazes de dirigir-se esclarecendo-se-lhes a intelligencia para que saibam escolher, tornando-as conscientes das responsabilidades para com a sociedade (QUE É..., 1930, p.5).

Contudo, se Celina Padilha não identificava no gênero motivos para diferenciação e possibilidades de atuação, sua fala demonstra a distinção na classe social como definidora dos papéis a serem desempenhados: “Os milhares de moças que trabalham hoje nas officinas, nas lojas são os obreiros de uma luta pacífica, tendo a chefia-las as professoras, as médicas, as advogadas, as periodistas, as scientistas e tantas outras de intelligencia mais culta” (QUE É..., 1930, p.5). A posição social ocupada pela mulher, que, aliás, era determinante de seu nível cultural, era a responsável pelo estabelecimento de seu lugar na “luta pacífica”. Assim, as dotadas de “inteligência mais culta” chefiariam nesta “luta” as “obreiras”, representantes das camadas mais pobres da população. O mundo do

trabalho, de acordo com os ideais de Celina, estaria, portanto, aberto a todas as mulheres, mas o mundo do governo, somente às que possuíssem formação intelectual necessária.

A preponderância dada por Padilha à escola em detrimento da família na educação das crianças e adolescentes, aliada a seus posicionamentos em relação ao gênero assumidas nesta entrevista, custaram-lhe novas críticas. Em 11 de junho de 1930, o jornal “A Notícia” publicava um artigo de tamanho considerável, intitulado “A Raiz do Comunismo na Instrução Primária Oficial”. O texto do artigo assim é iniciado: “Uma inspetora de escolas pregando por intermédio dos jornais do ‘consórcio’, a necessidade de adotarmos as normas subversivas de Moscou. O amor livre, o ateísmo e a entrega dos filhos ao Estado para a educação: — Que é isto?” (A RAIZ..., 1930 apud BARBOSA, 2013, p. 42).

Celina foi caracterizada como comunista, que pregava a entrega dos filhos ao Estado para por ele serem educados. O tom deste artigo é extremamente acusador, porém o maior incômodo era causado pelo fato de uma “educadora transviada” estar pregando “com incrível desembaraço e ateísmo, a dissolução da família, aconselhando à mulher a permanência fora do lar e retirando ao mesmo tempo das mães o direito de educação dos próprios filhos”, prática comparada com a dos soviets (A RAIZ..., 1930 apud BARBOSA, 2013, p. 44). O artigo é bastante engajado em desclassificar os argumentos da inspetora, em colocar em dúvida suas capacidades intelectuais, afirmando que ela agia “mais por ignorância e exibicionismo do que por convicção”, e, também, em reivindicar sua punição:

Porque se assim não fosse, seria o caso de perguntar-se aos responsáveis pelos destinos da Instituição Pública as razões que as obrigam manter num cargo de tão alta responsabilidade quem se manifesta com rebeldia diante da nossa organização social e defende postulados imorais, anti-sociais, e até ofensivos à própria mulher porque lhe negam aptidão para a formação de caracteres. Qualquer que seja, entretanto, o fundo do objetivo da Sra. Celina Padilha, ressalta a gravidade de suas predicas no seio das escolas, onde ela é nociva, aconselhando coisas que importam na quebra das nossas tradições domésticas e valem por um credo de franca corrupção de costumes. Essa inspetora deve ser advertida, e coibida de exercer assim sua propaganda. (A RAIZ..., 1930 apud BARBOSA, 2013, p. 44-45).

Ainda que o pensamento de Celina não se coadunasse com o comunismo, essa acusação do jornal era uma tentativa de desqualificação, pois no pensamento dominante do período o comunismo era visto como uma ameaça aos fundamentos sociais. A acusação aponta a polarização dos debates educacionais no período, onde por vezes o pensamento liberal dos escolanovistas já constituía séria ameaça à sociedade patriarcal brasileira. Pelas reações sofridas por suas ideias, mas também pela visibilidade que alcançou no debate educacional carioca, podemos entender as correlações de força que estavam presentes naquelas décadas. Enquanto “educadora transviada”, foi assumindo a perspectiva de gênero que Celina se engajou nos debates sobre a educação sexual, sobre a coeducação, e sobre os direitos da mulher ao trabalho, à renda, ao estudo e à emancipação. Os interesses pela manutenção de uma moral religiosa em contraste com os ideais de uma moral “modernizadora” geravam conflitos. Conflitos nos quais Celina Padilha tomara partido. Aproveitou a posição ocupada na educação e o lugar de destaque que nela alcançara para divulgar esses ideais.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, identificamos alguns eventos da trajetória profissional da professora e intelectual da educação, Celina Padilha. Estes nos permitiram perceber como sua formação, redes de sociabilidade e lugares ocupados ao longo da vida, foram influentes nas agências e experiências vivenciadas por ela.

Sua trajetória aponta para uma preocupação com a “civilização” e “modernização” social devida, em grande medida, à formação recebida na escola normal e a seu convívio com a intelectualidade que pregava esses ideais. Nossa preocupação é a de não colocar Celina em um lugar de vanguardismo em relação a questões que já estavam na pauta da intelectualidade da época, mas, a partir de certos aspectos de sua trajetória, perceber como algumas questões sobre gênero e educação estavam presentes. O fato de Celina Padilha preconizar a educação sexual, por exemplo, como parte de um projeto de modelação social, não demonstra um ideal que era essencialmente seu, mas sim, do grupo de intelectuais no qual estava inserida.

Todavia, reconhecemos que havia diferenças entre suas propostas e outras. Talvez o que mais distinguísse Celina Padilha de boa

parte dos intelectuais que opinavam sobre as questões educacionais, era que seu projeto de sociedade e de educação não envolvia apenas mudanças de comportamento, no sentido da higiene e da moral. Seu ideal de sociedade estava permeado por questões do feminismo. A reordenação social, para ela, passava, também pela reordenação do papel da mulher na sociedade, pela igualdade de direitos entre os sexos. Quando, em sua tese sobre educação sexual, em 1927, ela expôs o problema da falta de naturalidade nas relações travadas entre homens e mulheres, ela estava, na verdade, postulando que ambos fossem educados do mesmo modo, aprendendo, assim, que são iguais. Sua posição de destaque no magistério municipal do Distrito Federal ajudou-lhe a propagar essas ideias. As falas de Celina eram sempre reforçadoras do valor da educação. A educação, através do magistério, permitia o ingresso de muitas mulheres no universo do trabalho, colocando-lhes no lugar de agentes da transformação (como “chefes” na “luta pacífica”).

Encerramos este trabalho com a reflexão de que, ao longo de seu itinerário, Celina Padilha entrou em contato com uma variedade de conhecimentos e pessoas, que deixaram nela impressos ideais de construção social pautados na eugenia, na necessidade de “moralização” social, com vias à obtenção do “progresso”. Além destes, outros debates se destacavam nesse momento, tais quais os provocados pelo movimento feminista. Celina Padilha não ficou indiferente a estes também. Assim, defendemos que, para além de parte de um projeto higienista, a educação sexual proposta por Padilha em 1927 aponta para um projeto de igualdade de gêneros. A educação seria, portanto, o *locus* privilegiado para realização desta tarefa. À medida que o tempo avançava, Padilha demonstrava a inserção dos ideais de igualdade entre os sexos em suas concepções. Os debates educacionais foram, assim, utilizados pela intelectual para difundir suas ideias. Afinal, seu local de fala não era apenas o da “mulher da alta sociedade”, mas sim, o da “professora”, “educadora”, o que, de certa forma, auxiliava na legitimação de seu discurso. Entretanto, isso não impediu que sofresse fortes ataques e resistências às suas ideias e militância. Afinal, foi acusada de “educadora transviada”, pois, com suas “variações lúcidas e oportunas”, sobre o feminismo, deviou-se dos padrões éticos e sociais vigentes, deixando sua contribuição na história da luta pela emancipação feminina.

Referências

A EDUCAÇÃO sexual. **O Malho**. Rio de Janeiro, 08 set. 1928. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20192&pesq=educa%C3%A7%C3%A3o%20sexual>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

A ESCOLA Nova e o Cultivo da Personalidade. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 05 jul. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/17272>. Acesso em: 15 abr. 2017.

AS NOVAS Professoras. **Gazeta de Notícias**. 13 out. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/15848>. Acesso em 15 abr. 2017.

ALVES, Claudia Maria da Costa. Jean-François Sirinelli: o político como terrenos da História Cultural. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano (orgs.). **Pensadores sociais e a história da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 135-152.

BARBOSA, Ana Mae. O ensino da arte e do design quando se chamava desenho: reforma Fernando de Azevedo. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 19-52, jul./out. 2013.

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. A educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 33. Caxambu: 2010. **Anais...** Caxambu: ANPED, 17-20 out. 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6673--Int.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA, Maria José Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). **I Conferência Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 1997.

DIRECTORIA Geral de Instrução Pública Municipal, **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/7128>. Acesso em 11 abr. 2017.

DISTRITO FEDERAL, Decreto nº 2940, de 22 de novembro de 1928. **Coleção de Leis Municipais e vetos do ano de 1928.** Typog. Do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1929.

FELICIO, Leandro Alves. **A moralização do sexo:** os debates sobre a educação sexual para o Projeto de Nação Brasileira na I Conferência Nacional de Educação, 1927, 2012, 155 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

FGV, CPDOC, Arquivo Anísio Teixeira. **Carta de Celina Padilha a Anísio Teixeira relatando sua viagem de observação educacional nos Estados Unidos da América.** São Francisco (EUA), 24 set 1933; Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AT_Corresp&pasta=AT%20c%201933.09.24>. Acesso em: 22 jun. 2017.

GOMES, Angela Maria de Castro. HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política.**(Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

IMPRESSÕES de leitura, **O Paiz**, Rio de Janeiro 11 jan. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/32596>. Acesso em: 11 abr. 2017.

KEHL, Renato. O problema da educação sexual: Importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos - como, quando e por quem deve ser ela ministrada. In: COSTA, Maria José Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). **I Conferência Nacional de Educação.** Brasília: INEP, 1997.

MANIFESTAÇÃO, **Jornal do Brasil**, 10 fev. 1908, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/25470>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Org.). **Pedagogium. Símbolo da Modernidade Educacional Republicana.** Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

O ESTUDO, **O Paiz**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1910, p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/49800>. Acesso em: 11 abr. 2017.

O PAIZ, Rio de Janeiro, 10 abr. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/15859>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PADILHA, Celina. Sobre a educação sexual. IN: COSTA, Maria José F. Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.).

I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997.

PASSOS, Elizete; ROCHA, Nívea; BARRETO, Maribel. Gênero e Educação. In: COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (orgs.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais.** Salvador: UFBA-NEIM, 2011.

PREFEITURA, **Jornal do Brasil**, 27 fev. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/13325>. Acesso em 20 abr. 2017.

QUE É Feminismo, **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/221961/per221961_1930_B00210.pdf>. Acesso em 20 abr. 2017.

REVISTAS, **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 jun. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/12820>. Acesso em 11 abr. 2017.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Marcia S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (orgs.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais.** Salvador: UFBA-NEIM, 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, MAGALDI, Ana Maria Bandeira de. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**. vol.13, n.26, p.32-55, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SILVA, Arlette Pinto de Oliveira e (org.). **Páginas da História – Notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE.** Brasília: INEP, 2004. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/392>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SILVA, José Cláudio Sooma; RIZZINI, Irma; SILVA, Maria de Lourdes. Remodelar a Capital Carioca e sua gente: educação e prevenção nos anos 1920. In: **História da Educação.** Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 199-225, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v16n38/a10v16n38.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UEKANE, Marina Natsume. **Com o bom professor tudo está feito, sem ele nada se faz**. A Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912). 2016, 274 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. In: SOUSA, Cynthia Pereira (org.). **História da Educação**: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

Recebido em: Agosto 2017

Aprovado em: Novembro 2017